

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

FREIRE, Nilcéa. Nilcéa Freire II (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 23min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO FORD e FUNDAÇÃO FORD. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Nilcéa Freire II
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Levantamento de dados: Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira; Verônica R. Bevilacqua Otero Spicer;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Técnico de gravação: Bernardo de Paola Bortolotti Faria; Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 25/05/2012

Duração: 1h 23min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória de um Office na periferia: o Escritório da Fundação Ford no Brasil”, desenvolvido em convênio com a Fundação Ford, entre janeiro de 2011 e julho de 2012, com o objetivo de constituir um acervo de depoimentos histórico-documental sobre os 50 anos da atuação da Fundação Ford no Brasil e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

Temas: Carreira acadêmica; Centro Brasileiro de Análise e Planejamento; Cooperação internacional; Crises econômicas; Crises políticas; Eleições diretas; Feminismo; Formação acadêmica; Fundação Ford; Fundação Oswaldo Cruz; Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); Medicina; Militância política; Partido Comunista Brasileiro - PCB; Partido dos Trabalhadores - PT; Pós - graduação; Redemocratização; Sistema de cotas; Universidade Federal do Rio de Janeiro;

Sumário

Entrevista 25 de maio de 2012: A formação em medicina na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e o mestrado em ciências biológicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro; a carreira acadêmica dentro da UERJ e o trabalho na Fundação Oswaldo Cruz; o período de redemocratização e a primeira eleição direta na universidade do professor Ivo Barbieri; a carreira administrativa dentro da universidade; o convite do presidente Lula para trabalhar na Secretaria de Políticas para as Mulheres; a trajetória da militância política, a experiência no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o envolvimento com o feminismo; o primeiro contato com a atuação da Fundação Ford e a criação do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM); a instituição do sistema de cotas no vestibular da UERJ; o processo de ida para a Fundação Ford; a crise mundial e os impactos na Fundação Ford; a permanência da Fundação Ford no Brasil e a discussão com os escritórios BRICS; o perfil de atuação da Fundação Ford no Brasil; opiniões sobre a Fundação Ford; a criação da Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap); a saída do PCB e a filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT); a atuação da Fundação Ford na área de saúde reprodutiva; considerações finais.

Entrevista: 25/05/2012

L.O. - Hoje é dia 25 de maio, Rio de Janeiro, estamos começando a entrevista com Nilcéa Freire dentro do projeto Memória da Fundação Ford. Nilcéa, como você viu, normalmente nós começamos a entrevista pedindo a pessoa para falar um pouco seja de dados pessoais, familiares ou formação profissional, um pouco, para a gente conhecer quem é você que está dando o depoimento.

N.F. - Sou Nilcéa Freire, nasci no Rio de Janeiro, tenho 59 anos completo 60 no mesmo ano que a Ford completa 50, nasci dez anos antes da Ford se instalar. Eu me formei em medicina na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e fiz pós-graduação, primeiro uma residência em parasitologia e depois mestrado em ciências biológicas na UFRJ, no Museu Nacional. Eu digo que praticamente nasci dentro da UERJ, eu fui estudar lá na faculdade de medicina, eu ingressei com 19 anos, e fiquei na UERJ até me aposentar no ano passado, ano retrasado, em 2010. Eu dentro da universidade fiz uma carreira acadêmica e administrativo-política, eu trabalhei como professora, como docente na faculdade de medicina dando aula de parasitologia dentro do ciclo básico, portanto, também ministrando curso de parasitologia para as faculdades de odontologia, enfermagem, biologia e nutrição. Fazia investigação, pesquisa na área de esquistossomose e malária, principalmente esquistossomose o que me levou a durante um tempo trabalhar na Fundação Oswaldo Cruz onde nós montamos um laboratório com o professor Luiz Rei para investigar o ciclo de transmissão da esquistossomose em ambiente silvestre, e trabalhei lá durante um tempo. Era um convênio que a universidade mantinha com a Fundação Oswaldo Cruz, portanto eu continuei dando aulas na faculdade de ciências médicas da UERJ, mas a minha atividade de pesquisa eu fazia na Fundação Oswaldo Cruz. E no momento da redemocratização, o processo de eleições diretas para reitor, efervescência da nossa jovem democracia na universidade, nós elegemos o primeiro reitor por eleição direta, em 1987, professor Ivo Barbieri, eleição completamente direta, foi a primeira que não houve a escolha de uma lista tríplice, foi uma *conquista* da universidade e ele me convidou para trabalhar na administração da universidade, primeiro assessorando o reitor, eu relutei um pouco porque isso me tirava parcialmente da minha atividade principal que era atividade de pesquisa e atividade docente, e roubava um pouco de tempo, mas eu acabei seduzida por aquele momento que era um momento que foi construído também por mim e por muita gente dentro da universidade. E aí fui trabalhando com ele duas vezes por semana à tarde, três vezes, quatro vezes, cinco vezes

e acabei me envolvendo com a administração da universidade e me dediquei. Portanto de 87 até 2003, dezembro de 2003, eu me dediquei completamente à administração da universidade. Quer dizer, progressivamente eu fui assumindo cada vez mais tempo na administração da universidade e menos tempo em sala de aula e isso me conduziu a uma carreira administrativa. Então primeiro fiquei na sub-reitoria de pós-graduação e pesquisa como assessora do sub-reitor, depois eu fui diretora de planejamento da universidade, vice-reitora e finalmente reitora. Em 2004 quando eu transmiti o cargo ao reitor que me sucedeu, pouco depois o presidente Lula fez uma reforma ministerial e me convidou para participar do seu governo como ministra na Secretaria de Políticas para as Mulheres onde eu permaneci durante sete anos. Eu fui para lá finalzinho de janeiro de 2004, na primeira reforma ministerial do governo do presidente Lula e permaneci até dezembro de 2010 quando se encerrou o mandato do presidente. Eu sou carioca, carioquíssima, nascida no subúrbio do Rio de Janeiro, na Ilha do Governador, de uma família de classe média, e muito jovem me senti atraída pela política, pelos temas sociais...

L.O. - Isso que eu ia lhe perguntar isso. Você fez uma trajetória das posições, dos locais que você estava e posições que ocupou, seus interesses, como foi a migração da professora e da pesquisadora para o mundo da gestão e administração. A área de saúde nesses tempos inclusive era muito aguerrida, a militância era muito forte, importante nessa coisa. Então, um pouco, você falasse isso na militância, dentro da área de saúde como você se posicionava e não sei se junto ou depois como as questões de... vamos dizer, seu envolvimento no campo de saúde, tudo bem, mas quando é que a questão, por exemplo, feminista cruza com isso?

N.F. - Está certo. Na verdade a minha militância política começa na universidade, eu costumo brincar que eu atravessei o portão da faculdade de ciências médicas quase ao mesmo tempo que eu atravessei na minha vida também uma porta para um mundo que se descortinou, que foi o mundo da política, o mundo da militância. A entrada na universidade para mim significou uma descoberta, não só do ponto de vista do conhecimento acadêmico, mas do conhecimento da vida, do mundo, em 72. Um momento de muita repressão, mas ao mesmo tempo de muita discussão na universidade. Logo que eu entrei na universidade eu fui recrutada, era o termo que a gente usava na época pelo Partido Comunista. Eu militei no PCB durante o meu período de estudante, fui dirigente partidária do comitê universitário, e isso eu digo que a minha vida no PCB, a minha experiência no PCB, ela foi uma experiência extremamente rica. Eu devo a essa militância muita coisa que me foi absolutamente fundamental na minha vida profissional inclusive: disciplina, capacidade de tomar decisões, porque muito jovens nós éramos e

tínhamos que tomar decisões, tínhamos que fazer escolhas e a questão de que é preciso conhecer, é preciso se instruir, se educar, porque o PCB estimulava muito os seus militantes jovens a estudar. Me lembro, não sei se hoje eu faria isso, mas a época, um verão lindo no Rio de Janeiro e a gente trancado num aparelhinho estudando Capital, estudando marxismo, mas isso me foi absolutamente fundamental para o resto da minha vida. Na faculdade de ciências médicas havia um grupo muito interessante que era o grupo do Instituto da Medicina Social, que era uma disciplina criada na faculdade de ciências médicas e que misturava um pouco de ciências sociais, saúde pública e militância na verdade, e os estudantes de esquerda eram atraídos por essa disciplina. Fiz monitoria lá. Então a minha militância política ela se associa sempre a uma militância na área de saúde, na área de saúde pública, é um aprendizado nessa área e depois é as questões mais relativas à educação. O feminismo cruza na minha vida muito tardiamente, porque como vocês sabem, não era a praia do partido comunista. Muito pelo contrário, olhando em perspectiva os partidos de esquerda á época, os grupos de esquerda, ao contrário, eram bastante machistas do ponto de vista da sua estruturação hierárquica, da distribuição de tarefas. Se pudessem eles nos mandavam para fazer as cozinhas das reuniões. E a questão fundamental era a questão da luta de classes, portanto questões de gênero, raça ou quaisquer outras eram absolutamente secundárias. Eu em 1975 quando foi a primeira grande reunião internacional, a I Conferência Internacional sobre a mulher, que aconteceu no México, eu estava no México. Hoje penso: “puxa, eu podia ter ido a essa conferência, eu estava lá”, mas na época eu estava estudando no México, eu saí do Brasil por conta da militância no partido, no PCB, e a época o feminismo, as questões relativas a discriminação de gênero, elas entravam na minha vida muito mais de uma maneira reativa, reagindo ao machismo, reagindo a uma estrutura que eu percebia opressora, mas que eu não me identificava exatamente como uma militante de uma causa. Isso aconteceu depois, já professora da universidade que eu passo a partir da observação daquilo que acontecia com as mulheres e com contato com a literatura e com outras mulheres que já faziam um caminho de incorporar a sua militância essa dimensão é que o feminismo cruza o meu caminho.

L.O. - Era uma militante feminista [à vanlaletra]*¹ a prática sua enfrentava o machismo, mas não enquadrada dentro numa...

N.F. - É, eu era feminista sem saber que era, um pouco como as mulheres da nossa geração acabaram sendo. Até pelo fato de que precisávamos para chegar aos espaços que muitas chegaram, precisamos enfrentar muita discriminação e isso não nos passava despercebido.

L.O. - Eu sei que a área de saúde teve este papel e esse grupo importante dentro da Fiocruz, dentro do ministério, importantíssimo. E aí, dentro da UERJ, aí já estou tomando você na reitoria, de alguma forma, vamos dizer, a temática, uma das áreas da Fundação Ford que era a coisa de população saúde reprodutiva, uma longa história dentro da Fundação Ford, vamos dizer assim, também se correlacionou-se, cruzou com a UERJ. Você já falou aqui, o Instituto de Medicina Social que foi importantíssimo e mais tarde o próprio Clam, Centro... Você acompanhava como reitor, como gestora de área de planejamento na UERJ, essa conexão do papel do Instituto de Medicina Social e da presença da Ford nesta área, como você...?

N.F. - Como reitora tive contato em dois momentos com os projetos e com a atuação da Ford no Brasil. No primeiro momento foi justamente... É um grande projeto que a Ford implementou que foi a criação de cinco centros regionais para a questão da reprodução e sexualidade. Esses cinco centros foram instalados e o Clam, que é o Centro Latino Americano foi um desses centros que foi instalado na UERJ. Então eu acompanhei todo o processo de negociação do grupo que estava formando o Clam, Maria Luiza Heilborn, Sergio Carrara, o processo de negociação com a Ford, e pude de alguma maneira contribuir do lado da universidade, porque uma das exigências que a Ford fazia como contrapartida é que o grupo tivesse, pudesse apresentar uma área física suficiente e instalações para a criação do Clam. Na universidade disputa por espaço é uma disputa enorme. Eu precisei intervir em favor do Clam para que o Clam pudesse ganhar o espaço que estava em disputa. E acompanhei depois o trabalho do Clam durante esses anos todos, já aí numa posição, na Secretaria de Política para as Mulheres porque nós fizemos uma parceria para implementar um programa de educação a distância para professores, professoras, basicamente, da rede pública de quinta a oitava, um programa que trabalhava gênero, sexualidade e raça. Hoje é um programa regular, no portal do Ministério da Educação, depois trabalhamos um outro programa com o mesmo perfil do ponto de vista temático, mais dedicado a gestores e a conselheiros nas áreas de direitos para formar capacidade e compreensão em políticas públicas de gênero, raça e diversidade sexual.

L.O. - Só uma coisinha que tem a ver com isso, mas é mais amplo. Foi durante a sua gestão que a UERJ instituiu o sistema de cotas no vestibular. Você poderia falar um pouco sobre isso, como isso foi feito? Pressões pró e contra, é óbvio, como isso...?

N.F. - Esse foi outro momento onde a minha vida se cruzou com a Ford, com a atuação da Fundação Ford no Brasil. O Rio de Janeiro diferentemente de outros estados, o Rio de Janeiro aprovou uma lei, primeiramente um projeto de lei encaminhado pelo governador, na época o

governador Garotinho, que estabelecia um sistema de reserva, de vagas para estudantes da rede pública de ensino, 40%. A Assembleia Legislativa aprovou por unanimidade. Isso foi no início de 2002, se não me engano. Logo em seguida, não, isso ainda foi em 2001. Logo em seguida, por iniciativa da Assembleia foi votado um projeto de lei estabelecendo a reserva de vagas para estudantes negros, também 40%. As duas leis eram absolutamente econômicas: três artigos. Estabelece-se 40% no primeiro caso: para rede para estudantes oriundos da rede pública, segundo artigo da lei: os estudantes deverão ser também de escolas públicas do Rio de Janeiro, terceiro artigo: revogam-se as disposições em contrário. A outra lei exatamente no mesmo modelito, e nós na universidade não tivemos a chance de opinar sobre o formato da lei. O processo foi bastante rápido e nós ficamos com duas leis, que nós não sabíamos se se somavam, se os 40% para negros era por dentro dos 40% da rede pública. Então estabeleceu-se do ponto de vista da universidade uma situação absolutamente anômala, porque nós tínhamos um vestibular já em curso, todo mundo sabe, quando a gente termina um processo de exame vestibular, inicia-se outro imediatamente. Não é um processo que você faz em dois meses, três meses. Então no primeiro momento, o que nós tivemos que fazer, independente de concordar ou discordar da lei, foi criar um sistema que viabilizasse a implementação da lei, porque nós tínhamos que implementar a lei. Então criamos com o governo do estado uma comissão para regulamentar as duas leis e ver como as duas leis poderiam ser aplicadas no âmbito do vestibular da UERJ e da Uenf, porque quem fazia o vestibular da Uenf éramos nós, era um vestibular único para as duas universidades. E esse período de regulamentação da lei foi muito interessante porque nos permitiu um tempo para que a universidade pudesse discutir a questão da ação afirmativa e a questão do sistema de cotas. Foi um momento muito difícil para a universidade, a comunidade acadêmica estava muito dividida. Nem o movimento estudantil universitário tinha clareza se apoiava ou não apoiava; a ação afirmativa, sobretudo para negros, ela chega a universidade por pressão do movimento negro organizado no país e o movimento secundarista que incorpora essa demanda, que vem do movimento negro, que é uma demanda que se constitui-se e se torna uma demanda mais elaborada a partir de Durban. É na volta de conferência de Durban que essa questão emerge como uma demanda do movimento negro brasileiro. Então nós tivemos esse ano de regulamentação. Mas foi quando nós fizemos o vestibular de fato que... Um pouco para caracterizar a situação a época, o mundo caiu. Porque éramos nós, o movimento negro e o apoio do movimento secundarista e uma parte significativa da sociedade, sobretudo as elites que se expressam através da grande imprensa brasileira,

absolutamente contra. Nós apanhamos muito e nesse primeiro ano. A universidade foi alvo de uma enxurrada de ações movidas por estudantes que reclamavam o direito de ingresso na universidade porque tinham uma média maior do que alguém que tinha entrado pelo sistema de cotas, tinha sido classificado pelo sistema de cotas. Importante que a gente... eu falo sempre classificado, porque na verdade todos que chegavam a segunda etapa do vestibular, da universidade, estavam aprovados, tinham passado por uma classificação mínima, um ponto de corte mínimo, portanto, inclusive quando se discute a questão do mérito é sempre importante lembrar que todos alcançaram aquele ponto de corte. E essas ações individuais foram muitas. E os juízes de primeira instância, não piscaram, todos, não teve um juiz de primeira instância que tivesse recusado uma liminar. Até porque como tema era um tema além de controverso, novo, não havia modelo anterior na sociedade brasileira em que eles pudessem inclusive buscar amparo legal, os juízes deram as liminares, e nós tínhamos, portanto, uma situação para a universidade muito difícil: número de vagas, liminares que determinavam a matrícula de estudantes não classificados nas mesmas vagas que os estudantes classificados. E nós não tínhamos como aumentar o número de vagas para cada liminar que surgisse. Então o diretor jurídico da universidade a época, eu cheguei para ele e disse: “olha, como a gente faz?” Ele disse: “olha, minha reitora, nós não temos *braços para caçar* e para entrar com recursos contra todas essas liminares, porque era numa velocidade enorme e ele me aconselhou, falou: “única possibilidade que existe é a senhora pedir que o presidente do Tribunal de Justiça casse todas as liminares numa única medida.” Eu falei: “Mas isso é possível, têm condições de fazer isso?” Ele disse: “existe uma condição, se houver um risco de perturbação, grave risco de perturbação a ordem pública. Foi nessa que a gente vai. Eu pedi uma audiência ao presidente do Tribunal de Justiça e ele caçou todas as liminares. Ele foi *absolutamente maravilhoso*, desembargador Miguel Pachá, uma sensibilidade enorme, ele percebeu que aquela situação de instabilidade na universidade, ela efetivamente criava condições para uma instabilidade da ordem pública. Porque o vestibular que envolve cem mil estudantes, portanto cem mil famílias, se você faz a conta em termos de progressão, o número de pessoas envolvidas é muito grande num assunto controverso, muita discussão na sociedade. Então esse processo foi um processo, eu diria, coletivamente para nós da universidade, riquíssimo, doloroso porque num primeiro momento a universidade, o corpo acadêmico se dividiu, é doloroso porque as pressões da opinião pública eram negativas, muito fortes, mas um momento de uma reflexão profunda. E nesse momento que a gente estava ali se sentindo um pouco sozinho, porque nós inclusive tínhamos consciência

que o modelo aplicado no primeiro vestibular ele não era bom e que ele precisava ser reformulado como foi, para um modelo que até hoje é aplicado e é muito mais razoável, é coerente, a fundação Ford apareceu. Então nós tivemos o apoio da Fundação Ford para ampliar a discussão sobre ações afirmativas e cotas nas universidades brasileiras. Foi um grupo da UERJ, o Laboratório de Políticas da Cor institui o programa de políticas da cor que iniciou um processo por dentro das universidades de discussão que começou ampliar a discussão sobre as cotas na universidade. Nessa época o representante da Ford, o primeiro contato que nós fizemos era o Nigel Brooke e logo depois entrou a Ana Toni já em 2003, quando o programa efetivamente foi implementado.

L.O. - Estava fazendo a conexão. Ótimo esse balanço que você fez dessa experiência da UERJ, porque foi a primeira e tudo então é importante. Aí você estar na Secretaria da Mulher no governo Lula até 2010. E aí como é que você, porque, em que momento se interessou, olhou e falou assim: “tem uma vaga ali na Fundação Ford.” Pelo que eu estou entendendo, você teve contatos ocasionais, circunstanciais com a Fundação Ford, mas nenhum envolvimento maior, nenhuma relação mais próxima. E aí você sai disso, você olhou e falou: “vou ver se isso interessa”, contar um pouco a memória disso.

N.F. - É, eu terminei a minha experiência no governo do presidente Lula e a minha decisão efetivamente era continuar trabalhando nos dois temas que nos últimos anos tinha um pouco sido os temas da minha vida, a questão...

L.O. - Só um minutinho. Você entrou no PT? Pois é, depois a gente e volta a isso, a passagem dessa militância, vamos dizer assim, de partido... etc, etc, em que momento você entrou no PT.

N.F. - Então eu queria continuar trabalhando com gênero e a questão racial, mas não tinha nada decidido o que fazer depois dos sete anos, pensava talvez descansar um pouco. Eu já estava aposentada da universidade, dar um tempo na vida para pensar e reestruturar. Porque sete anos de governo é alguma coisa que é muito intensa e te toma...

L.O. - Uma escala nacional...

N.F. - Ocupa muito a sua vida, são sete anos muito dedicados aquilo ali, morando em Brasília o que não é fácil. Para carioca, Brasília é um castigo. No dia que estava fazendo a transmissão de cargo para minha sucessora, a Rebecca Reichmann, que foi *program officer* da Fundação e é atualmente a representante da [inaudível Women] no Brasil, comentou comigo, “olha a Ana Toni está saindo, a posição de representante da Ford está aberta, isto é para você. Por que você não olha no website?” E eu me interessei e fui olhar. Confesso que nunca havia pensado nessa

possibilidade antes, não sabia que a Ana estava saindo. Cerca de um mês antes, um amigo em comum, meu e da Ana, havia falado comigo: “olha, a Ana está precisando de uma pessoa, que faça um balanço da questão racial e ela pensou no seu nome, se você tiver interesse em saindo do governo fazer uma consultoria para a Ford”, mas não podia imaginar a questão de representante; e nessa semana era a última semana para encaminhar a documentação, enfim, aplicar para o posto. Eu mandei, eu apliquei no último dia, no último minuto eu consegui reunir documentação e mandei e foi muito interessante, porque apesar de ter sido uma coisa meio por acaso, no momento que a Rebecca me falou e que eu entrei no site, fui ver as coisas, aí virou um *interesse muito grande*. Aí eu falei: “a Rebecca tem razão, este lugar é o melhor lugar para eu estar nesse momento da minha vida.” Depois de duas experiências tão ricas, tão marcantes, eu quero fazer uma coisa diferente, eu vou para o outro lado, vou para o terceiro setor trabalhar mais diretamente mergulhada na sociedade civil. Eu não tinha muita expectativa de ser a pessoa escolhida porque algumas pessoas, poucas com quem eu comentei que eu tinha me candidatado me desanimaram. Uma disse: “ih, a preferência da Ford é sempre ter um representante estrangeiro, é uma política da Ford não ter representantes nacionais.” Eu falei: “mas a Ana era brasileira.” “É, mais a Ana não foi contratada como brasileira, ela foi contratada como expatriada, ela estava vindo de Londres.” Eu falei: “tudo bem, vamos ver, de repente eles resolvem agora prestigiar os brasileiros.” E a outra pessoa me disse uma coisa que efetivamente era importante: “olha você e tem um perfil político muito marcado, não é exatamente o perfil dos demais representantes da Ford no momento, nem dos anteriores, você tem uma clara vinculação partidária, acaba de sair de um governo marcado do ponto de vista político partidário, uma posição de destaque, com visibilidade política”, essa pessoa falou isso, eu falei: “acho que é melhor baixar a bola porque isso certamente é um obstáculo importante.” Efetivamente isso foi muito discutido no meu processo de entrevistas, mas acabou não sendo um obstáculo. Ao contrário, para alguns interlocutores dentro da fundação eu trazia, eu agregava uma abordagem e uma experiência que a fundação estava querendo incorporar nesse momento. Então foi um processo também bastante interessante. Uma das questões que preocupava, e eu acho que com razão, era o fato de que o representante não pode agir parcialmente e ele não pode adotar uma postura parcial do ponto de vista político partidário no país, sobretudo que isso possa influenciar a opção, a escolha por donatários. Mas eu os convenci dizendo que eu já não fazia isso enquanto ministra e as pessoas que eles entrevistaram, porque o comitê de seleção, eles pedem cinco referências, pediram na época cinco referências. E as

peessoas que eles entrevistaram todas confirmaram que efetivamente essa não era a minha prática. Então cheguei e estou aqui na Ford tentando fazer jus a uma história, é muito bonita, de muita contribuição no Brasil que a Ford tem e tentando honrar meus antecessores que foram pessoas todas de muito valor e que tiveram um papel fundamental, cada um na sua época em diferentes áreas, mas todos dentro de um mesmo concerto, do ponto de vista da relação da Ford com a sociedade brasileira.

L.O. - De alguma forma um certo diferencial que a sua presença como representante. As questões que você levantou, certamente, você tem uma certa linha de pessoas, e de repente você é um ponto outro, mas que interessante que a Ford viu isso como uma necessidade de incorporar essa questão. Mas vamos dizer assim, o que a gente lendo a respeito também observa, a Ford em geral, não só no Brasil, viveu ou está vivendo transformações, dentre elas a questão...obviamente que teve uma crise no mundo norte-americano, depois mundial a crise, inclusive se comenta que foi essa crise que levou a fechamento dos escritórios da Rússia e do Vietnã, também um dos entrevistados foi comentado que houve certa discussão até se o escritório no Brasil devia ser fechado ou não. Entre outras coisas, porque você teve essa crise geral e, ao contrário, o Brasil não pode mais ser chamado país subdesenvolvido, pós- Segunda Guerra, a posição do país é outra, agora ele é um player interglobal, então vamos dizer assim, você tem uma crise da economia ocidental americana, isto obviamente produz uma crise nas finanças da Ford e o país, por outro lado, que era o subdesenvolvido pobre não é mais. Então você de alguma forma, você tentando nesse, vamos dizer, isto traz consequências para a sua... você representante da Ford, isso é discutido na conversa da matriz com você representante deles, como essa coisa se coloca hoje?

N.F. - Eu acho que a gente tem que olhar, quer dizer, para essa sua... não é uma questão, é um panorama, e como dizem os mineiros, isso é conversa para mais de metro, com duas óticas. Tem uma ótica que é a ótica, eu diria, da gestão da Ford, que é a ótica da operação, que foi brutalmente afetada em 2009, com a crise de fim de 2008 e 2009 que até hoje não há estabilidade a vista. Então a Ford hoje ela vive do seu patrimônio, quer dizer, da aplicação e dos dividendos do seu patrimônio, seu *[indalmet]**² e os dividendos diminuíram muito em 2009. Então a Ford foi obrigada a fazer uma redução, não só no fechamento de dois escritórios, que na época eram considerados talvez menos estratégicos e reduziu a operação, todo, aí foi um corte horizontal em todos os escritórios incluindo Nova York. Isso é visível. Você vai hoje à Nova York e você vê andares com muitas salas vazias, foi em torno de 40% de redução de

peçoal dependendo do escritório, mas na média foi em torno de 40% a redução. Isso trouxe consequências do ponto de vista operacional, redistribuição de tarefas, etc., mas isso também correspondeu ao momento de inflexão e aí é onde a questão da operação e a questão programática se cruzam, na perspectiva de atuação da Ford; então passa a ser uma questão trabalhar com mais coerência entre os escritórios, alinhar mais o trabalho de todos, os temas da concentração, focalização, impacto e geração de impacto eles passam a fazer parte do repertório de discussões e isso é um processo que está em curso. Então você tinha uma lógica de trabalho, onde mais ou menos cada escritório de acordo com a conjuntura é nacional e com a sua história, com os perfis dos *programmers officers* e *repres* do momento, definiam o trabalho, definiam o seu *grant making*, para uma situação onde globalmente se define um conjunto de iniciativas, chamadas iniciativas que são grandes linhas de trabalho, e os escritórios são convidados a escolher, dentre esse conjunto, quais as linhas de trabalho que eles querem atuar. Esse ainda é um processo em curso. Por outro lado, a outra questão que você coloca, como a Ford hoje está no Brasil, porque Ford Foundation no Brasil é inclusive olhando para as outras organizações, outras fundações internacionais e estrangeiras que saíram do país por conta dessa mudança de classificação e de posicionamento do Brasil no cenário global. A Ford está no Brasil, está na China, está na África do Sul, na Índia, nós estamos nos BRICS. Portanto a lógica também, acompanhando o momento, ela passa a ser não de estar nos países mais pobres, mas nos países que estrategicamente tem um novo papel no chamado *global [sauce]**³. Então a Ford, eu acho que aí seguindo uma tradição de responder também as conjunturas, ela passa também a trabalhar com esse olhar. Isto está se refletindo... Por exemplo, no escritório nós hoje, o nosso *statement* o nosso novo programa de trabalho para os próximos anos ele também se coloca dentro do desafio que o Brasil enfrenta hoje neste cenário global, que é o desafio de continuar crescendo, de seguir o processo, o seu ritmo de desenvolvimento econômico equilibrando com redução da desigualdade, respeito aos direitos humanos e fazendo efetivamente desenvolvimento sustentável e inclusivo. Então isto hoje é o centro, este desafio é o desafio central da nossa estratégia para o Brasil hoje. E que vem sendo discutido com os escritórios BRICS. Então, certamente nos próximos anos nós teremos ações combinadas entre os escritórios que correspondem a esta nova geopolítica. Então a Ford Foundation não está mais no Brasil porque o Brasil é um país pobre, mas está no Brasil porque o Brasil continua sendo um país desigual e também porque o Brasil joga um papel estratégico no *global [salce]**³. O que acontecer no Brasil repercutirá nos nossos vizinhos, nos nossos parceiros na África; então

só para dar um exemplo de como isso na prática está acontecendo, nós estamos envolvidos em uma discussão com o escritório do Chile e o escritório da África do Sul sobre a questão de mineração indústria extrativa. Como essa indústria cresceu barbaramente nos últimos anos, como as empresas brasileiras ou empresas nacionais que estão indo para a África atuam nesses territórios, como essa atividade econômica ela impacta tanto o meio ambiente quanto os direitos das pessoas, das populações tradicionais que vivem nos territórios onde o subsolo está sendo explorado. Enfim, a gente está envolvido então num processo de aprendizagem para criar um campo de atuação desses escritórios, possivelmente o escritório da China também entrará nessa coalisão para discutir como contribuir para que esse processo ele possa não ser um processo perverso para com as populações tradicionais, para com as populações e os direitos dos povos nesses países e a preservação do meio ambiente.

L.O. - Esse é um bom exemplo, um caso fantástico para você mostrando isso. Olhando esses 50 anos a Ford em outros momentos, em outras situações também fez uma coisa desse tipo, quer dizer, como a gente compreende o que está acontecendo no mundo, como a gente pensa isso, que objetivos a gente deseja alcançar e depois como uma atuação concreta para chegar aqui. Ao mesmo tempo a Fundação Ford foi muito feliz nas suas escolhas. Às vezes assim você pode até atribuir ao acaso, mas não é o acaso, fez uma coisa, fez lá uma doação para uma ONG, uma instituição, algumas doações ao longo dos anos substanciais, mas outras nem tanto, o que era relevante não era aquilo. Mas aquilo, seja pelo momento em que foi feita a doação, alguns dos donatários diz: “não, foi fundamental porque nos garantiu autonomia quando a gente estava...” Vamos dizer assim, eu acho que se a conjuntura agora é essa, você vai ter você, estou falando você como representante da Ford no Brasil, vai ter essa coisa. Porque de fato começam a ser outros os donatários.

N.F. - Exatamente, exatamente.

L.O. - E aí como você faz com os donatários que você herdou? A gente gosta de botar um pouco de molho.

N.F. - Esse primeiro ano foi um ano de transição, nós exploramos diferentes possibilidades, o nosso filho que é esse novo *statement* nasceu com dez anos, ele nasceu um mezinho a mais dos nove. Desde julho do ano passado nós começamos a discutir a necessidade de rever a nossa estratégia. Não porque a estratégia anterior estivesse equivocada, ela apenas não correspondia mais ao momento. O Brasil mudou nos últimos dez anos, eu costumo dizer, para o bem e para o mal, gostando ou não gostando, não há como não olhar para o Brasil e dizer: “o Brasil

mudou.” Então é a nossa estratégia precisava também ser renovada, revisitada. E foi isso que nós fizemos e acabamos, depois de dez meses consensualmente chegando a este desafio central, que na verdade é o desafio do Brasil e que é o nosso contexto de trabalho. É muito interessante porque muito dos nossos donatários também estão fazendo esse movimento. Por quê? Porque é o movimento da sociedade; e eu acho que esse é o grande segredo, por isso que eu acho que as escolhas que a Ford fez, não foram ao acaso. Ela foi capaz de ler e de acompanhar aquilo que já era um movimento na sociedade. Então, por exemplo, agora vai haver um seminário em São Paulo promovido por um dos nossos donatários, a Conectas, sobre direitos humanos e desenvolvimento. Esse é um tema que está na pauta, está na ordem do dia, com diferentes abordagens, mas está aí e não dá para fechar os olhos. E como não dá para fechar os olhos, por exemplo, o componente urbano desse processo de grandes projetos, de infraestrutura, como esses projetos, alguns deles vinculados ao fato do Brasil receber os jogos Olímpicos, a Copa do Mundo, como isso influencia a dinâmica das grandes cidades, das capitais brasileiras e como a partir daí há uma janela de oportunidade para discutir o próprio desenvolvimento urbano e a necessidade de trabalharmos com o conceito de que as cidades têm que ser justas, elas têm que ser sustentáveis, elas têm que ao mesmo tempo serem justas para com os seus cidadãos. Quer dizer, a organização do espaço urbano, primeiro lugar ela tem que ser uma organização que privilegie o bem estar e a felicidade, o *well been* que é um outro conceito que tem sido discutido na arena global, a primeira coisa é a prioridade é o bem estar daqueles que vivem naquela cidade. Então o nosso movimento, como ele é um movimento que de certa maneira ele está antenado com o que está acontecendo na sociedade, a maior parte dos nossos donatários continuarão sendo nossos parceiros, eu diria isso. É claro que há renovação, é importante que haja renovação para dar oportunidade a outras organizações, a outras instituições de iniciarem um trabalho. Porque é isso, o que nós temos, o tamanho do nosso orçamento, eu brinco que ele não faz nem cosquinha na necessidade do Brasil, por isso a gente tem que ser muito estratégico. Então na verdade o nosso orçamento nos permitirá alavancar processos que já estão em curso, e que determinados aspectos desse processo ninguém mais poderia alavancar a não ser algum ou uma instituição que esteja na posição de neutralidade, na posição que uma fundação como a Ford está.

*1,2,3 o mais próximo do que foi possível ouvir.

[FIM DO ARQUIVO I]

L.O. - Nós teríamos ainda duas questões para colocar para você que uma, é essa coisa. Voltar a questão da sua trajetória, um pouco a gente pode fazer isso através do olhar a Ford, porque obviamente a sua versão sobre a Fundação Ford ao longo desses 40 anos, mudou, não é? A posição do Partido Comunista inclusive olhava a presença e a interferência dessas agências internacionais, estrangeiras e norte-americanas como uma coisa problemática, no mínimo, para dizer. E isso vai, vai, vai, você e muitas pessoas, não só será seu caso de uma mudança em relação ao seu olhar, a sua interpretação sobre a Ford. Acho que você podia um pouco cruzar isso com a sua própria mudança, a diferença de inserção política no Partido Comunista e depois no PT; você falou governo Garotinho. Você esteve ligada ao PDT também?

N.F. - Não. A minha visão sobre a Ford, na verdade, ela foi uma visão construída a partir de um lugar dentro da universidade, não do lugar da política. Porque são mundos... o mundo acadêmico sempre olhou a Ford, como as organizações as instituições estrangeiras, com muito bons olhos porque era a possibilidade de fazer colaborações, era a possibilidade de ganhar um mundo que permitia avanços nas diferentes áreas. Então a memória *mais antiga* que eu tenho da fundação Ford de conhecer o trabalho da Ford está muito vinculada a criação do Cebrap e ao apoio que a Ford deu ao campo das ciências sociais no Brasil. O quanto foi decisivo o apoio naquele momento. Aliás, outro dia eu estava num encontro onde o ex-presidente Fernando Henrique fez uma conferência e ele mencionou esse apoio da Fundação Ford e ele mencionou eu acho um aspecto superinteressante, que com o recurso da Ford que eles receberam num determinado momento para o Cebrap, eles tinham que fazer aquele recurso render, então eles compraram uma antiga fábrica, um galpão e eles alugavam depois esse imóvel e esse aluguel permitia a manutenção básica do Cebrap. Então a minha memória mais antiga da Ford vai muito por essa linha. Eu não tenho uma memória assim de rejeição, muito embora, evidentemente tenha tido contato e conversas em torno de um mito da imposição de padrões. Então, mais recentemente mesmo quando eu resolvi me candidatar e depois quando eu fui selecionada, alguns conhecidos meus: “mas você vai trabalhar na Fundação Ford, você não fica preocupada com o direcionismo, você vai ter liberdade de trabalhar?” “Até onde eu saiba todo mundo que eu conheço de lá, ninguém me relata esse tipo de...” “Não, mas tem que tomar cuidado, tal...” Um pouco os velhos comunistas ainda têm o medo da invasão, da perda da soberania, ainda não se internacionalizaram, não se globalizaram no bom sentido. Então essa é

uma memória. E eu do ponto de vista partidário sempre busquei estar e não estar dentro das organizações partidárias. O que significa isso? Eu acredito que para intervir na política e para disputar o poder, não há outra forma, os partidos políticos gostando ou não gostando da configuração que eles têm hoje no Brasil, as vias de acesso para isso... No âmbito, por exemplo, do Partido Comunista sempre fui muito crítica a algumas práticas no seu interior o que me levou num determinado momento a dizer não. Até aqui eu vou, daqui para frente meu caminho é outro. E esse processo foi já no final da década de 70, quando teve uma cisão que correspondeu também a uma cisão internacional, numa lógica de um partido mais stalinista, um partido de quadros para um partido... uma lógica partidária mais partido de massa com a questão da democracia como com valor estruturante partidário, outra questão do eurocomunismo, nesse momento foi meu momento de saída, de me desligar do partido no Brasil. Eu diria que aquele foi um momento de ruptura muito importante e difícil, porque havia uma relação afetiva, emocional com o partido, porque é uma construção de juventude, a gente entrava no partido, no PCB como em outras organizações clandestinas, e um pouco a gente entregava a vida, a gente entrava de peito aberto, não é, não entrava pela metade. A minha reflexão sobre os limites e as práticas internas no partido com as quais eu não concordava ela começa no México, quando eu estou fora e eu posso fazer uma reflexão olhando para minha vida e como eu estava articulando a minha vida, olhando para o partido, qual era a questão, o que eu pensava a respeito de liberdade, enfim, quer dizer, eu posso chamar de uma reflexão profunda para alguém que tinha 22 anos na época. A gente fez tudo isso muito jovem. Mas foi isso. Então quando eu saio do partido já em 79, início da década de 80, eu tomei a decisão de ficar um tempo observando o cenário político e acabei tomando a decisão de me filiar ao PT. Foi uma escolha por um partido que tinha as características que eu buscava, um partido de massa, democrático, com muita discussão interna, muito debate, eu entrei para o PT, mas nunca fui um quadro orgânico, sempre fui uma militante de base. Eu nunca participei das instâncias partidárias, eu me filiei por acreditar que a militância política pressupõe a militância partidária, acreditar naquela época. E fiquei no partido, tive uma aproximação maior com a estrutura partidária quando eu estava no governo, coisa absolutamente natural. E hoje eu estou afastada por razões óbvias, não acho que caiba fazer uma militância partidária no momento em que eu sou representante da Fundação Ford.

H.A. - Voltando aquela questão da saúde reprodutiva seria interessante você contar um pouco a sua visão também de todo processo da Ford em relação a esse tema. O apoio importante que

deu a demografia e também as questões polêmicas que a gente acompanha, sabe que algumas decisões estão muito ligadas ao contexto da época, questão da natalidade, e como a própria Ford vai se reinventando nessa questão?

N.F. - Nós falamos anteriormente que uma das coisas importantes da Ford é a capacidade de responder as conjunturas e se visitar sua estratégia. Agora, isso é para o bem e para o mau, não é? Porque nem sempre embarcou-se no barco certo. E a Ford apoiou o movimento à época bastante forte no chamado, à época, terceiro mundo, que correspondia a uma corrente da demografia importante que era a corrente do controle da natalidade. Quer dizer, a exclusão é demográfica do terceiro mundo, como essa questão se coloca do ponto de vista do planejamento, do crescimento, do planejamento da distribuição das riquezas e a Ford acabou apoiando as iniciativas de controle da natalidade não só no Brasil como em outros países. Eu diria que o pecado maior não foi apoiar uma corrente de pensamento mais... essa corrente se materializou em práticas muito violadoras de direitos: as ligaduras involuntárias, trompa, a distribuição indiscriminada de anticoncepcionais sem critério, enfim, acho que esse foi um momento que deixa ainda algumas cicatrizes, que a Ford depois tenta se redimir, se redime de certa forma quando ela apoia também muito fortemente o processo inverso, quando ela adota o conceito de direitos sexuais e reprodutivos, de saúde sexual e reprodutiva e implementa globalmente, alguns programas do Brasil especificamente, durante muitos anos a Ford teve um programa de saúde sexual e reprodutiva que permitiu que algumas discussões acontecessem no Brasil como, por exemplo, a discussão do aborto, a discussão do planejamento familiar. Evidente que esses movimentos não são movimentos isolados da Ford, tampouco das organizações da sociedade civil brasileira, eles correspondem a uma redefinição mundial a respeito da demografia e como se trabalha a questão do planejamento populacional. Quer dizer, é na Conferência de Cairo que se abandona essa perspectiva controlista, do controle da natalidade e do planejamento estatal da invasão estatal sobre o planejamento das famílias, é o seu tamanho etc. para uma lógica de direitos que se *incorpora* nesse campo a lógica de direitos. Quer dizer, o direito de cada família, o direito de cada homem, de cada mulher definir o tamanho e o espaçamento da sua prole, que acabou por ser o princípio que rege... por exemplo, no Brasil a nossa legislação sobre planejamento familiar. Então é também a mudança de direção da Ford corresponde a um grande debate mundial e digo que foi absolutamente crucial, essa mudança é uma mudança, assim, que o momento marco é a Conferência do Cairo extremamente importante. Estamos aí já caminhando para os 20 anos da conferência, foi em

2003, então daqui a pouco... 2003 não, foi 93, em 2013 vamos ter os 20 anos de Cairo; e aí só pra complementar, como as coisas vão se redefinindo, se acomodando, hoje o Luiz, nosso presidente, ele está, ele é membro de uma força tarefa para pensar os 20 anos da Conferência de Cairo, Cairo +20, uma força tarefa que inclui, mobilizada pelo sistema ONU e que inclui diferentes parceiros da sociedade civil, fundações etc.

L.O. - Muito obrigada...

H.A. - Poderíamos fazer só uma fala final, já falamos bastante de futuro, de estratégia, mas acho que seria legal uma fala final, se você quiser, enfim, acho que dos de próximos anos e dessa comemoração, talvez, o que ela significa.

L.O. - Só uma coisinha antes, eu gosto de botar um pouco de pimenta nas coisas, essa tua trajetória é interessante, eu fico pensando, eu tenho um conhecido que é um francês que foi do partido comunista francês, lá no passado. Ele nunca conseguiu entrar no [inaudível] porque eles são absolutamente eficientes na informação. Então eu olho, que interessante, você conseguiu uma coisa absolutamente prodigiosa. Ele também não é mais, não é que tenha continuado, não é, mas como se ficasse esse registro lá no passado e não foi anulado esse registro. Você conseguiu e conseguiu ser representante de uma agência norte-americana, é fenomenal. Porque eles tiveram que se esforçar lá para apagar o registro seu onde dizia: membro do partido comunista. Quem era no governo, acho que o Gil ia fazer alguma coisa e tinha uma pessoa... se chegar lá e tiver o registro lá que foi em 1911...vamos dizer assim, você é barrado pelo funcionário ali na entrada, você tem que alterar lá na matriz. Um pouco brincadeira, um pouco verdade.

N.F. - Isso eu reconheço e meus colegas na fundação, os outros representantes dos outros países são unânimes em dizer que foi uma atitude de uma certa ousadia e de coragem do painel que me entrevistou de bancar o meu nome, por conta desse perfil, digamos, esse perfil incomum.

H.A. - Aí volto a reclamar a fala da Helena se você quer fazer...

N.F. - Primeiro, queria agradecer a insistência de vocês para eu fazer a entrevista, [risos] que eu acho que foi muito bom estar aqui, e dizer que o mais *fantástico* de estar na Fundação Ford nesse momento que ela completa 50 anos, é justamente a possibilidade de estar numa fundação que é sólida, talvez, hoje das mais sólidas no mundo e que pode olhar para o futuro pensando no mesmo nível de contribuição que deu no passado e com essa capacidade de se repensar. Eu diria que no Brasil que avançamos tanto em tantos aspectos, mas temos um passivo enorme de desigualdade para trabalhar, nos conforta saber que estamos nesta instituição que será capaz

ainda nesta travessia do Brasil para um país mais justo, com uma democracia efetivamente consolidada podermos apoiar instituições e organizações que ainda precisam muito do nosso apoio.

[FIM DO DEPOIMENTO]